

DESENVOLVIMENTO RURAL: ANÁLISE DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE CAMPINAS DO SUL-RS

Rural development: the analysis of the familiar agroindustries of
Campinas do Sul - RS

MARIN, M. Z.
TRENTIN, C. E. G.

Recebimento: 14/08/2009 - Aceite: 28/09/2010

RESUMO: O presente trabalho teve por tema o desenvolvimento rural e as agroindústrias familiares. O problema de pesquisa foi: Quais as características e as perspectivas sócioeconômicas das agroindústrias familiares inseridas no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural da EMATER/Prefeitura Municipal de Campinas do Sul-RS? Como hipóteses considerou-se que as agroindústrias familiares têm se manifestado como geradoras de renda e de melhoria da qualidade de vida, estratégia de permanência dos agricultores no meio rural e possibilidade de redução da sujeição dos mesmos aos capitais comercial, industrial e financeiro. O trabalho teve por objetivo geral, portanto, analisar as agroindústrias familiares como estratégia de desenvolvimento do meio rural de Campinas do Sul - RS. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo. Em 2004, surgiram as primeiras discussões a respeito da necessidade de se criar alternativas de geração de renda no meio rural de Campinas do Sul e, como consequência, promover o desenvolvimento rural. Hoje são vinte projetos que compõem o Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, dezesseis vinculados às agroindústrias, que atendem a mais de cem famílias. As agroindústrias têm se caracterizado como alternativa de renda, mas a atividade agrícola é, ainda, a base das unidades de produção.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Agroindústria familiar. Campinas do Sul - RS.

ABSTRACT: The present work had the rural development and the familiar agribusiness as a theme. The research problem was: which are the characteristics and the socio economic perspective of the familiar agribusiness inserted in the Development of Rural Communities Program, developed by EMATER/Campinas do Sul-RS City Hall? As the hypothesis it was considered that the familiar agribusiness have appeared as income generator and as an improve-

ment in the quality of life, remain strategy of the farmers' permanence in the countryside in Campinas do Sul-RS. The methodology used was based on the bibliographic and field research. In 2004, the first discussions about the need to create options of income generation in the countryside of Campinas do Sul-RS aroused, and as a consequence, the promotion of the rural development of the local. Today there are twenty projects that encompass the Program for the Development of Rural Sites, sixteen of them linked to the agribusiness, which help more than a hundred families. The agribusiness has been characterized as an income alternative, but the farm activity is still the base of the production unities.

Keywords: Family's agribusiness. Rural development. Familiar agroindustry. Campinas do Sul-RS.

Introdução

O presente trabalho procurou discutir as estratégias de desenvolvimento rural a partir das agroindústrias familiares do Município de Campinas do Sul-RS. Para isso buscou-se analisar as características e perspectivas das agroindústrias familiares de tal Município. O problema de pesquisa foi: Quais as características e as perspectivas socioeconômicas das agroindústrias inseridas no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural da EMATER¹/Prefeitura Municipal de Campinas do Sul-RS? As agroindústrias familiares estão correspondendo às expectativas sociais, econômicas e ambientais dos agricultores de Campinas do Sul - RS?

Segundo Gomes (2006), a renda que ingressa nas unidades de produção dos agricultores é resultante, principalmente, da produção agropecuária, que é ofertada no mercado para o agricultor adquirir os bens necessários para a reprodução social e econômica da sua família. Nas relações com o mercado, a renda agrícola das famílias dos agricultores fica espremida entre os altos custos de produção e os baixos preços dos produtos, pois quem define os preços dos insumos e maquinários necessários para a produção é a indústria

fornecedora destes produtos. Na outra ponta, fazendo parte dos complexos agroindustriais, quem define quanto vai pagar pelos produtos dos agricultores são as grandes redes de comércio (atacadista ou varejista), pois são segmentos altamente capitalizados que exercem forte poder no mercado. Ainda, e principalmente, o mercado internacional exerce hoje forte influência na determinação dos preços da produção agrícola. Os agricultores ficam, assim, reféns das indústrias e dos mercados (nacional e internacional) tanto a montante quanto a jusante das cadeias produtivas.

O aumento da escala de produção, tão necessário para gerar excedente e tão incentivado na agricultura moderna, tem servido para enriquecer os parques industriais e as grandes redes de comércio, onde o agricultor cumpre o papel de consumidor de insumos e maquinários e de fornecedor de matérias-primas para o complexo agroindustrial, comercializando seus produtos com baixo valor agregado. Este modelo de desenvolvimento, além de excluir grande quantidade de famílias de agricultores do campo, vem acentuando cada vez mais a degradação ambiental. A implantação de agroindústrias familiares no meio rural constitui-se, nesse sentido, em uma alternativa aos agricultores, sendo de grande potencial para o desenvolvimento das famílias rurais (GOMES, 2006).

Um exemplo disso são as agroindústrias familiares de Campinas do Sul - RS, que estão inseridas no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, desenvolvido pela EMATER/Prefeitura Municipal. Procurou-se caracterizá-las, socioeconomicamente, preocupando-se com as perspectivas dessas para a melhoria de renda e qualidade de vida dos agricultores e demais atores envolvidos no Projeto.

Quanto à metodologia, a investigação desenvolveu-se através de revisão bibliográfica e entrevistas realizadas a campo. Buscou-se analisar agricultores, EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura, principais atores envolvidos no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul - RS.

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: Uma Discussão

Procurar-se-á discutir, inicialmente, a noção de desenvolvimento. Tomar-se-á como base a noção de desenvolvimento sustentável, associada à questão ambiental, pois a construção inicialmente realizada em torno da ideia de desenvolvimento sustentável teve como fundamento a problemática ambiental. Posteriormente, discutir-se-á a agroindústria familiar na perspectiva do desenvolvimento rural e da pluriatividade em unidades de produção familiar.

A preocupação com a degradação e a conservação do meio ambiente ganha legitimidade através do meio científico-acadêmico, a partir da década de 1950, sobretudo nas ciências naturais. Em 1970, Ignacy Sachs apresentou a teoria do ecodesenvolvimento, em que relaciona a degradação ambiental ao modelo de desenvolvimento fundamentado no uso intensivo e exploratório dos recursos naturais, sugerindo, então, mudanças no modelo produtivo de desenvolvimento (CARMO, 1998).

Para Sachs, o ecodesenvolvimento se integra com outros aspectos não exatamente ambientais para definir um verdadeiro desenvolvimento. Os principais aspectos desse desenvolvimento seriam: a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos, a solidariedade para com as gerações futuras, a participação da população e o respeito às culturas nativas (CARMO, 1998).

A questão ambiental, no entanto, só começou a ganhar destaque na esfera política com a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972, quando, em função da propagação da teoria do ecodesenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) constatou que a degradação ambiental tinha uma profunda ligação com o modelo de desenvolvimento adotado, baseado no uso intensivo e indiscriminado dos ecossistemas terrestres e aquáticos.

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*. Apresentado em 1987, propôs o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1991). Em 1992, no Rio de Janeiro, representantes de quase todos os países do mundo reuniram-se para decidir que medidas tomar para conseguir diminuir a degradação ambiental e garantir a existência das gerações futuras. Iniciava-se a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. A intenção, nesse encontro, era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, como um modelo de desenvolvimento menos

consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico.

Para Carmo (1998), seguindo a linha da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável está alicerçado em três eixos: o econômico, o social e o ambiental. Estão inter-relacionados num processo de transformação que transcende limites geográficos e políticos e coloca a sobrevivência do homem, e de outras espécies, como seu objetivo maior. Entende-se o sustentável como um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais, origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar os impactos econômicos sobre o meio ambiente coisa do passado.

“O crescimento através da desigualdade, modelo até hoje vigente, e que já teve seus anos dourados de 1950 a 1975, levou a uma produção em massa de alimentos, porém com mais fome, miséria e desperdício” (HOBSBAWN, 1995 apud CARMO, 1998, p.217). Para Leis (1999) e Leff (2001), a ideia de desenvolvimento sustentável pressupõe um desafio civilizatório, em que mudanças ideológicas e comportamentais devem fundamentar as mudanças políticas, econômicas e sociais.

Diante da dificuldade em definir “sustentabilidade”, Prezotto indica alguns princípios que norteiam esse debate.

O desenvolvimento sustentável, entendemos, deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico. A sustentabilidade está, ainda, associada à viabilidade e à longevidade. Incorpora, neste caso, a ideia de um processo dinâmico e durável e, além do crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento sustentável

deve, ao mesmo tempo, oportunizar, em cada local, o crescimento da economia a curto, médio e longo prazos, a geração de postos de trabalho com distribuição mais equitativa de renda, respeitando culturas locais e reconstruindo e/ou preservando o equilíbrio ambiental. Com base na diversidade de situações e de soluções, o desenvolvimento toma um teor próprio em cada realidade local (ALMEIDA, 1998, p.136 apud PREZOTTO, 2002, p.52-53).

Nesse caso, cabe destacar o novo papel a ser desempenhado pelo meio rural, em um novo modelo de desenvolvimento. Para Prezotto (2002), a expressão “desenvolvimento rural sustentável” englobaria as propostas que prometem um novo padrão produtivo, alternativo à forma de desenvolvimento convencional. Ele também vê o desenvolvimento agrícola sustentável como um novo anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicar a insatisfação com a agricultura convencional. O desenvolvimento rural sustentável procura viabilizar os atores rurais do ponto de vista social e econômico, com participação nos processos decisórios e proteção aos recursos naturais.

Para Carmo (1998), é necessário um esforço da pesquisa no sentido de uma transição para uma nova agricultura, na qual a manutenção e o aumento da fertilidade do solo, a preservação de outros recursos naturais e a permanência dos valores culturais das populações rurais sejam partes de um modelo de desenvolvimento com novas formas de produção e organização social, sem que haja o risco da cristalização de uma agricultura sustentável distantes de reformas sociais.

Dessa forma, as alternativas de utilização das unidades de produção devem seguir as metas estabelecidas dentro de um novo padrão de desenvolvimento (rural) sustentável. Em primeiro lugar, é preciso considerar a vo-

cação natural da unidade produtiva, que deve estar alicerçada numa seleção de atividades e práticas agrícolas compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solo existentes localmente. Em segundo lugar, o planejamento ambiental dos municípios deve considerar a importância de se conquistar um novo referencial de qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural. A obtenção desse nível de melhoramento da qualidade de vida das pessoas está condicionada ao acesso à saúde, à educação, ao lazer, à informática, à telefonia, aos meios de transporte e, em especial, às disponibilidades de energia, desde os combustíveis sólidos e líquidos (utilizados na sua grande maioria como matriz energética da propriedade rural) e, principalmente, a energia elétrica. O terceiro aspecto envolve a questão tecnológica, ou seja, as tecnologias utilizadas nas atividades agropecuárias, tais como preparo do solo, uso de adubos e corretivos, irrigação, mecanização, tratamentos culturais, colheitas, etc., devem estar de certa maneira adequadas a um novo padrão de desenvolvimento rural, que tem por base uma agricultura sustentável (CAMPOS, 1999).

As diretrizes políticas formuladas pelo Governo Federal a partir de meados da década de 1990 para o meio rural, reflexo dos resultados e das discussões da ECO-92 e da pressão dos movimentos sociais, destaca como principal objetivo o de contribuir na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, tendo como preocupação maior a agricultura familiar. Para Candiotti e Corrêa (2004), é surpreendente como a agricultura familiar é considerada aquela mais próxima à ideologia do desenvolvimento sustentável. Segundo Costa (2002, p. 93). “A agricultura familiar, imersa em uma crise socioeconômica e ambiental decorrente da modernização tecnológica, tornou-se alvo do desenvolvimento sustentável”. No momento em que o pensamento

ambientalista conquistou espaço, a agricultura familiar começou a ser “reconhecida”, pois além de cumprir função econômica, ela também pode desenvolver papel fundamental na preservação ambiental.

O debate sobre desenvolvimento rural no Brasil está ligado ao papel da agricultura familiar e especialmente sua reinserção socioeconômica. A diversificação produtiva na agricultura familiar deveria ser incentivada como estratégia importante de desenvolvimento. Entretanto, Lages (1998 apud COSTA, 2002) enfatiza que, com o processo de industrialização e urbanização, a agricultura familiar perdeu a identidade e o trabalho do produtor passou a ser pouco valorizado. No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulo das políticas agrícolas. A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, sendo um setor bloqueado e somente passou a receber atenção das políticas a partir de meados da década de 1990, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo Carmo (1998), o funcionamento da exploração familiar vem no sentido de apreender uma lógica de produção enquanto um equilíbrio da família e o comportamento econômico circundante. Para uma conceitualização geral, Lamarche (1993, p.15 apud CARMO 1998, p. 228) explicita que: “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados a família”. Esta, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Nesse caso, a agricultura familiar caracteriza-se por relações não capitalistas de produção.

Carmo (1998, p. 228), ao discutir a exploração familiar, coloca que: “[...] produção,

consumo e acumulação do patrimônio, atribui-lhe uma lógica de produção/reprodução em que cada geração procura assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção”.

Para a mesma autora:

O funcionamento de uma exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico de gestão financeira, destinação de recursos monetários auferidos e do trabalho total disponível [...]. Nesse sentido, as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria “lucro puro” de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total (1998, p. 228).

Dessa forma, para se entender as relações entre a organização interna da produção em bases familiares e o mundo externo, consubstanciado no processo de produção/reprodução/acumulação, o que esclarece, em parte, a lógica do agricultor face ao processo produtivo e o equilíbrio da família, implica-se em extrapolar as avaliações simplesmente econômicas. A produção familiar, dadas as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o lócus ideal do desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. É fundamental, porém, que seja alvo de uma política estruturada e implementada para esse fim. Um novo padrão de desenvolvimento definido pela autossustentabilidade potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora não seja um segmento homogêneo (CARMO, 1998).

Wilkison (apud MIOR, 2005) argumenta que a reprodução da unidade familiar não se daria em função da sua superioridade técnico-econômica e sim porque ela seria a estrutura social que mais converge com o esquema técnico, produtivo e econômico das estruturas

agroindustriais. Ao mesmo tempo, o modelo de integração agroindustrial tradicional vem passando por mudanças substanciais. Tais mudanças trazem repercussões sobre a agricultura familiar.

Segundo Mior (2005), patamares tecnológicos, especialização e escalas crescentes estão promovendo um processo de seleção e exclusão de produtores integrados às tradicionais cadeias produtivas. É nesse sentido que se tem a contribuição de Wilkinson (2000), que discute:

A agricultura familiar deveria vir ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo levanta a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercado de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada (apud MIOR, 2005 p.73).

Segundo Mior (2005), em 1996 foi implantado o Pronaf, que trouxe novas perspectivas socioeconômicas à agricultura familiar. Mior (2005) considerou o Pronaf como algo novo dentro do conjunto de políticas agrícolas elaboradas e implementadas nas últimas décadas.

Ainda:

Há uma intensa discussão acerca de um novo eixo de luta, centrado na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural. [...] O Pronaf tem por objetivo geral propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e o incremento da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (GOVERNO FEDERAL, 1996 apud MIOR, 2005, p.164).

Nessa nova conjuntura do meio rural brasileiro e gaúcho, destaca-se a rees-

truturação de determinadas atividades. O espaço rural e a agricultura familiar passam a incorporar novas funções e atores sociais e econômicos. Esse processo passou a ser chamado de pluriatividade.

Para Alentejano:

A pluriatividade caracteriza-se pela diversificação das formas de utilização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural. O fundamental é perceber que essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes (1999, p. 155).

Maestrelli, analisando a pluriatividade no meio rural, destaca o papel desempenhado pelas agroindústrias familiares. Segundo o autor, em determinadas regiões do país, a pluriatividade tem-se propagado com expressiva velocidade. Coloca, ainda, que as relações intensas entre o rural e o urbano, nessas regiões, se tornam cada vez mais perceptíveis.

As áreas rurais estão cada vez mais associadas ao desenvolvimento de atividades de natureza não agrícola. Face às mudanças que se vislumbram, a população rural é compelida a empregar diversas estratégias de sobrevivência, entre elas a de realizar novas tarefas produtivas (2002, p.184).

Portanto, o meio rural, sob o ponto de vista econômico e social, não pode mais ser

identificado apenas com áreas específicas de produção agrícola. O meio rural extrapola essa dimensão.

As funções tradicionais da agricultura brasileira, como abastecimento de produtos a baixo custo, geração de divisas para o país, servir de mercado para a indústria emergente, liberar mão de obra para os demais setores da economia, financiar o desenvolvimento nacional, gerar energia, cedeu parte deste espaço a significar fonte de emprego, de renda e de ocupação para as pessoas residentes no meio rural (MAESTRELLI, 2002, p.184).

Esse processo tornou-se mais evidente em regiões com predominância da agricultura familiar, onde a pluriatividade passou a ser uma meta a ser alcançada, como fator preponderante na elevação da renda rural. Para a família rural, as atividades de natureza não agrícola no rural (que são causa e consequência da pluriatividade), além de abrir espaços para muitos filhos sem condições de se tornarem proprietários rurais, porém, com a opção de residência no meio rural, constitui-se numa forma de se evitar o abandono do campo (MAESTRELLI, 2002).

O mundo rural está passando por vários processos de transformação, em que se exige uma análise das diversas teorias, temas e debates relacionados com a problemática do desenvolvimento rural em tempos de globalização.

Como propõe Silva:

O rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividade, ligado ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços, à moradia e à agroindustrialização. Isto caracteriza a articulação de uma série de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, que visam a garantir a sustentabilidade (1999 apud PREZOTTO, 2002, p.137).

Ainda:

Neste novo papel de pluriatividade ou de várias funções, a criação de pequenas agroindústrias pode ser apontada como uma das alternativas econômicas para a permanência da agricultura familiar e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola (MATTEI, 1998 apud PREZOTTO, 2002, p.137).

Para Mior, a legitimidade de estratégias de agroindustrialização rural teve lugar a partir dos anos de 1990. Processar alimentos foi fundamental para a trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo (MIOR, 2005, p.191).

Para o mesmo:

Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico. A atividade artesanal de transformação de alimentos, sobretudo da mulher agricultora, evidencia ainda a existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares de uma determinada região (MIOR, 2005, p.191).

Segundo Mior (2005), outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar, tais como: a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores; procedência própria da

matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios; e mão de obra da família. Pode, ainda, vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias, aparentadas ou não.

Mior cita o perfil visto por um técnico da Epagri²:

Se a agroindústria é organizada por uma família individual, um dos passos decisivos é a busca de uma forma de concretizar a agregação de valor através do processo de comercialização, que pode ser feito por alguém da própria família, através de feiras livres municipais ou outras formas de venda direta [...]. Habilidades como a negociação, o relacionamento interpessoal e o *marketing* são características fundamentais para o sucesso desta função (2005, p.199).

Para o autor, a transformação da atividade de processamento de alimentos para a agroindústria familiar rural é vista como um dos maiores desafios para a consolidação desta nova estratégia de produção e consumo de alimentos. Várias são as exigências, que vão desde a questão fiscal, passam pela ambiental e, principalmente, sanitária, que estão sendo enfrentadas pelos agricultores familiares e suas representações.

Segundo a concepção de Prezotto (2002, p.133), a agroindústria familiar é apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo no meio rural não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, a agroindústria familiar pode impulsionar a geração direta e indireta de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo sua (re)inclusão social e econômica.

A potencialidade técnica dos agricultores familiares, em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto

aos agricultores. Essa concepção também se relaciona com as ações e políticas públicas necessárias para impulsionar a agroindustrialização, com sustentabilidade e cidadania.

A agroindústria familiar, para Prezotto:

É uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente (2002, p.137).

Como exemplo, Prezotto coloca:

A transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal, como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas (2002, p.137).

No momento em que se discute as novas funções e atores presentes no meio rural, a agroindústria familiar é vista como uma das alternativas capazes de impulsionar uma distribuição de renda mais equitativa. O potencial da agroindústria familiar se torna mais evidente quando articulado com outras iniciativas próprias de cada local ou de cada região como, por exemplo, o agroturismo. É necessário dizer, entretanto, que a agroindustrialização não representa a solução de todos os problemas ou necessidades dos agricultores familiares ou do meio rural. Ela deve ser entendida e trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras atividades articuladas entre si, que busquem construir um desenvolvimento rural nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar.

Caracterização da Área Objeto da Pesquisa

Características físicas e socioeconômicas

Campinas do Sul se localiza no norte do Estado do Rio Grande do Sul e pertence à Microrregião Geográfica de Erechim. Os limites são: a norte, com Cruzaltense; a sul e a oeste, com Ronda Alta; e a leste, com Jacutinga. O Município se localiza entre as coordenadas 27° 37' 59" a 27° 51' 10" de latitude sul, 52° 45' 56" a 52° 33' 39" de longitude oeste. Sua altitude média é de 660 metros acima do nível do mar.

O Município é privilegiado quanto ao quadro natural, pois o relevo apresenta áreas planas ou levemente onduladas, facilitando a mecanização da agricultura. Nas porções a norte e nordeste, próximo às margens do Rio Erechim, o relevo é mais acidentado. Em Campinas do Sul predominam a floresta e o clima subtropicais, com temperaturas que variam de 0°C a 38°C, com média de 18°C.

A população total do município é de 5.579 habitantes; a população urbana é de 4.176 habitantes (74,85%) e a população rural é de 1.403 habitantes (25,15%) (IBGE, 2007). O PIB *per capita* é de R\$ 8.909 (IBGE, 2005).

Quanto à estrutura fundiária, observa-se que, 92% dos estabelecimentos agropecuários de Campinas do Sul possuem até 50 hectares. Predominam os estabelecimentos entre 20 e 50 hectares (34,18%) (IBGE, 1996). O número total de estabelecimentos é de 1.176 e a área total dos estabelecimentos é de 20.271 hectares. A área média dos estabelecimentos é de 40,30 hectares. O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários é de 1.530 pessoas e a média de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários é de 3,04 pessoas (IBGE, 2006). De modo geral, aumenta o número de estabelecimentos sem aumentar a área destes, reflexo da fragmen-

tação das unidades pelo processo de sucessão hereditária. Na agricultura predominam os cultivos de milho, soja e trigo.

Características históricas⁴

O território de Campinas do Sul fez parte da Fazenda Quatro Irmãos, que o Governo Brasileiro concedeu à Empresa Inglesa de Colonização Jewish Colonization Association (ICA). Pertencia a um grupo de judeus sediados em Londres, com direito à exploração da madeira de pinheiro, porém com a obrigação de promover a colonização da área. Essa fazenda tinha uma área de 93.850 hectares (938,5 Km²). Partes dos atuais municípios de Campinas do Sul, São Valentim, Ponte Preta, Cruzaltense e Erechim faziam parte da Fazenda Quatro Irmãos.

Os migrantes que formaram o que é hoje Campinas do Sul eram, em sua maioria, de descendência italiana e vinham de várias regiões do Estado, em especial dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Antônio Prado, Veranópolis, Garibaldi, Guaporé, Encantado, entre outros.

Quando da emancipação, Campinas do Sul tinha uma área de 379 km², de acordo com a Lei 3.705 de 31 de janeiro de 1959. Com a emancipação do seu Distrito, Cruzaltense, em 1996, sua área passou a ser de 261,3 km².

O Programa de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul – RS⁵

O Programa de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul - RS teve por objetivos a diversificação da produção; a redução do custo de transporte e da produção; utilização adequada dos dejetos e resíduos das unidades de produção; geração de postos de trabalho e renda; diminuição do êxodo rural; recuperação e preservação ambiental e aumento da arrecadação de impostos ao Município. As entidades coordenadoras do

Programa foram a Emater e a Prefeitura Municipal.

Nos últimos anos a economia local ficou estagnada, devido aos reflexos da política agrícola de abertura econômica, preços baixos, fatores climáticos, dificuldades de comercialização e à crise na Cooperativa Tríticola de Erechim, Cotrel, na qual são sócios a grande maioria dos agricultores familiares do Município.

O modelo de exploração adotado nas unidades de produção do município tem deixado grande parte da mão de obra ociosa e sem perspectivas para geração de renda. Diante desse contexto, entidades públicas de Campinas do Sul procuraram viabilizar alternativas para minimizar esse cenário. Assim, a Emater-RS, em parceria com a Prefeitura Municipal, implantou o Programa de Desenvolvimento do Meio Rural. O projeto das agroindústrias, que inclui o Programa, antes referido, incentiva a diversificação de atividades e a melhoria na qualidade dos produtos coloniais a serem ofertados no mercado local, inclusive com recursos financeiros e humanos, organização das famílias, qualificação e integração através de visitas e excursões a fim de se conhecer experiências bem-sucedidas em outros municípios.

No ano de 2004, quando do processo de planejamento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Município, percebeu-se a necessidade de se criar um Programa no qual as famílias dos agricultores fossem protagonistas e que viesse ao encontro dos anseios da comunidade. No ano de 2005 foi realizado um diagnóstico das potencialidades e limitações do meio rural do Município, para suprir as deficiências de produtos de consumo local.

O referido diagnóstico foi realizado através de uma pesquisa semiestruturada, buscando informações sobre produtos, volume mensal comercializado, procedência e oferta, com qualidade e preços dos produtos

locais. Essa pesquisa foi realizada em trinta e dois estabelecimentos que comercializavam, informalmente, produtos da agricultura familiar.

Esse trabalho serviu de subsídio para o fomento de atividades, tais como: derivados de cana-de-açúcar, geleias e doces, vitivinicultura, derivados de leite, produção de ovos, frango caipira, apicultura, extração vegetal, farináceos, piscicultura, embutidos, pequenos animais, artesanato, horticultura orgânica, flores, hortifrutigranjeiros *in natura* e processados.

Para viabilizar tais atividades, foram realizadas inúmeras ações com o objetivo de motivar todos os segmentos da comunidade, através de processo contínuo de divulgação e esclarecimento. Nessa etapa contou-se com o apoio da imprensa local (rádio e jornal), bem como reuniões, visitas, contatos e também a apresentação do Programa para os poderes executivo e legislativo e comunidade escolar.

Após a realização do diagnóstico e a sua apresentação para a comunidade, surgiu o interesse e a inscrição das famílias nas agroindústrias dentro do Programa. Depois de inscritos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, através de reuniões, selecionou os interessados baseando-se na aptidão e objetivos para desenvolver determinada atividade.

A seleção e a implantação se deram devido ao fato do município dispor de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais para custear os inscritos nas atividades. Todos os agricultores envolvidos passaram por etapas de capacitação em cursos nos centros de treinamento, em reuniões, palestras, dias de campo, visitas e excursões a outros Municípios e regiões. Tais capacitações visaram a garantir a qualidade da produção ou da transformação da produção.

Em paralelo à implantação das atividades, o Município realizou um concurso, com a

participação de todas as escolas do município para escolher uma logomarca aos produtos da agroindústria de Campinas do Sul, com inscrição de 356 trabalhos. Essa logomarca, a partir de então, consta em todos os rótulos de produtos oriundos das agroindústrias, que integram 117 famílias.

Merece destaque, ainda, o fato de que, para desenvolver as agroindústrias familiares, fez-se necessário a implantação do Serviço de Inspeção Municipal e Vigilância Sanitária (SIM), para garantir a qualidade dos produtos.

O Programa solidificou suas ações com a realização do “I Seminário Microrregional de Desenvolvimento do Setor Primário”, que aconteceu no dia 19 de outubro de 2006, com atividades de integração, informação e socialização. Nessa oportunidade, a comunidade local e regional presenciou as potencialidades e a grande diversidade de produtos ofertados pelas agroindústrias familiares, através da realização do I Feirão da Alimentação. Esse evento foi coroado com êxito e comprovou a importância das agroindústrias para o desenvolvimento rural do município.

Resultados e discussão

Essa seção visa a discutir as características da cadeia produtiva das agroindústrias familiares de Campinas do Sul inseridas no Programa da Emater/Secretaria da Agricultura e Prefeitura Municipal.

Mesmo antes do desenvolvimento das agroindústrias familiares no município, os agricultores que hoje se inserem nas mesmas já buscavam diversificar a produção. Contudo, os agricultores tinham carência de assistência, treinamento, crédito e principalmente de apoio.

Atualmente existem 16 agroindústrias familiares estruturadas e há algumas em fase de implantação e adequação à legislação. Pode-

se considerar que a agroindústria familiar não impede a realização de outras atividades na propriedade e consiste numa fonte complementar de renda. Pelo projeto proposto pelo Poder Público Municipal, em parceria com a Emater, cada família se enquadrou no que já estava produzindo e vendendo.

De acordo com a extensionista da Emater, R.M., de Campinas do Sul:

As agroindústrias fazem parte do Programa Municipal de Desenvolvimento do Meio Rural de Campinas do Sul. A proposta teve o objetivo de diversificar as atividades dos agricultores. Já se tinha conhecimento que havia tradição nas atividades, mas que era preciso aprimorá-las para que obtivessem qualidade e rentabilidade, e, para isso, o caminho seria a capacitação. Então, muitas capacitações aconteceram, algumas com todo o grupo e outras de forma individual, conforme as peculiaridades de cada atividade. Inicialmente se trouxe para o município atividades de motivação para o bom desempenho das atividades, com a participação do Prefeito do Município de Crissiumal, que [...] mudou sua economia em função das agroindústrias familiares, e o Engenheiro Agrônomo Ainoz Leutério, do Estado de Santa Catarina, que também foi um motivador dessa atividade naquele Estado.

Assim, o grupo participou das atividades e promoveu, junto com a Emater e a Prefeitura, um Seminário para discutir essas questões, inclusive com a participação da URI [...], para ajudar a mostrar caminhos e procedimentos.

Após uma grande Feira de Alimentação [...] tentou-se avaliar como seria a receptividade dos produtos pela comunidade campinense, e os resultados foram considerados positivos pelo grupo. Paralelo a isso ocorreu capacitações na área da vitivinicultura, com um enólogo, de aproveitamento da cana-de-açúcar, com

especialistas da área, e assim, cada área fazendo a capacitação.

Foram aproveitados os cursos de capacitação dos Centros de Treinamento disponíveis pela Emater no Estado, como em Montenegro, para queijos e derivados; Nova Petrópolis e Caxias do Sul, para embutidos e defumados; e Erechim para os de panificados e farináceos (2008).

Nesse sentido, também contribuíram as excursões e visitas técnicas às experiências em andamento no Estado. Tais saídas foram promovidas pela Prefeitura Municipal. Ao mesmo tempo, a experiência das agroindústrias familiares no Município, que têm forte participação de políticas públicas, em diferentes escalas, tem atraído visitantes de outras regiões para acompanhar sua evolução.

Reforçando a qualificação da força de trabalho das agroindústrias familiares, houve treinamento promovido pela Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE - Erechim), com capacitação de 72 horas, sobre “boas práticas de fabricação”.

As Agroindústrias familiares estudadas (visitadas) foram: de farináceos; congelados de farináceos; apicultura; extração vegetal; derivados de leite; derivados de cana-de-açúcar; embutidos de suínos; horticultura; produção de frango de corte caipira; e produção de ovos caipiras.

Desse modo, a agricultura familiar teve que se ajustar às exigências: realizar capacitação, aprender novas técnicas, cuidar com a manipulação dos produtos.

O município possui o Serviço de Inspeção Municipal - SIM - que tem a responsabilidade de acompanhar as agroindústrias e liberar este serviço no rótulo dos produtos a serem comercializados. Este serviço é realizado por um profissional contratado pelo município com a formação de médico veterinário.

Toda a cadeia de produção é acompanhada também pelo Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, que faz acompanhamento na propriedade e na comercialização, para avaliar a qualidade do produto junto ao consumidor.

A mão de obra em todas as atividades é exclusivamente familiar, apesar de já haver indícios de que, num futuro bem próximo, algumas agroindústrias necessitarão recorrer à prestação de serviços, que poderá ocorrer na forma de troca de serviços ou até contratação (EXTENSIONISTA DA EMATER, 2008).

Os agricultores puderam contar com o financiamento do Fundo Rotativo Municipal da Agricultura e/ou do Pronaf. De acordo com a extensionista:

A maior fonte de recursos é o Fundo Municipal de Apoio às Propriedades Rurais - FUNDEPER, que é um fundo administrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e Agropecuária do Município. Este recurso é resultado do investimento de 1% da arrecadação do Município que é depositado para custear iniciativas no meio rural. O valor financiado é convertido em preço mínimo da saca de milho [...] e o saldo é em sacas de milho, que é pago após um ano de carência, tempo para o investimento ser organizado. Além dos recursos municipais, que são o maior volume, algumas agroindústrias tiveram recursos de agentes financeiros em linhas de crédito especiais, como Banco do Brasil, Banrisul, Sicredi, e uma iniciativa tem recursos do PRONAF Mulher, que é uma linha especial para mulheres rurais. Mas em todas as atividades sempre houve complementação de recursos das próprias famílias contempladas.

As agroindústrias são visitadas mensalmente ou quando há solicitação para sanar alguma dúvida ou problema. O abate de frangos, suínos e gado bovino, realizado uma vez por semana, só é feito sob supervisão do profissional responsável.

As salas onde são manipulados os produtos devem estar de acordo com as normas. Devem se manter higienizadas e os agricultores, ao manipularem os produtos, devem usar roupas apropriadas (adequadas), pois a fiscalização verifica, periodicamente, as condições dos estabelecimentos.

Quanto aos cuidados com a produção e a organização das unidades de produção, convém destacar o depoimento da extensionista da Emater do Município.

Os produtos da agroindústria campinense passam regularmente por análises onde se avaliam possíveis contaminações biológicas e químicas. São muitos os cuidados, até porque se procura produzir produtos diferenciados. Por exemplo, a matéria-prima do leite pasteurizado, das bebidas lácteas e dos queijos é homeopatizada (propriedades que usam a homeopatia nos animais), para melhorar, por meio da qualidade, a competitividade. Também, as propriedades, onde estão localizadas as agroindústrias, são orientadas como um todo, no aspecto econômico, social e ambiental, estimulando os proprietários a realizar práticas de saneamento básico para a destinação de dejetos e ajardinamento, para demonstrar o aspecto agradável das propriedades, uma vez que excursões e visitas acontecem nas mesmas.

À medida que as agroindústrias vão ganhando espaço, a demanda aumenta. O consumidor tem uma boa receptividade, por se tratar de produtos fiscalizados e sem agrotóxicos e agroquímicos.

Contudo, ainda há restrições. As agroindústrias do Município são inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que não permite a comercialização em outros Municípios ou Estados. Há tramitação relacionada à comercialização em outros Municípios ou Estados, visto que se está agilizando a inscrição ao Sistema Unifi-

cado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), que viabilizaria esse processo. O município pode adquirir os produtos para a Merenda Escolar dos agricultores por meio da nota fiscal de bloco de produtor, porém a rede estadual de ensino só pode adquirir perante Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que prejudica o agricultor quando da aposentadoria de segurado especial, à qual ele tem direito.

A força de trabalho é familiar e se percebeu que predomina apenas o envolvimento do casal. Há ainda pouco envolvimento dos jovens. Também se observou que a atividade é considerada pelos proprietários de agroindústrias como mais trabalhosa do que a produção de grãos.

As entregas (vendas) são feitas no comércio em geral, nas casas ou na própria propriedade. Para a extensionista da Emater:

A agroindústria campinense já conquistou alguns interessantes nichos de mercado, como o da merenda escolar, em que o Município compra diretamente destas, o hospital municipal de Campinas do Sul e o Programa Fome Zero. A maior parte do fornecimento é para os mercados, restaurantes, padarias e outros estabelecimentos locais, assim como direto aos consumidores. Para integrar outros nichos, será preciso, ainda, ampliar a oferta, que é o objetivo de algumas agroindústrias.

A legalização das agroindústrias reduziu a venda clandestina. Realizaram-se trabalhos educativos junto à comunidade; diversos produtos foram apreendidos, especialmente os de origem animal; e se aumentou a fiscalização da vigilância sanitária nos estabelecimentos comerciais (mercados, restaurantes e padarias), exigindo-se a certificação de procedência e tabela nutricional nos produtos comercializados. O Município se organizou, também, com relação à recuperação do

abatedouro municipal, que passou a abater todos os animais naquele local, evitando a clandestinidade.

Praticamente toda a matéria-prima é produzida pelos próprios agricultores, que a beneficiam nas agroindústrias. Exceção ainda das agroindústrias de embutidos e defumados, em que parte da matéria-prima é adquirida de outros agricultores. Essa adequação ocorreu ao longo do tempo, pois no início muitas agroindústrias precisavam adquirir matéria-prima de terceiros. Tal adequação reforçou o objetivo das agroindústrias, que é agregar valor na própria propriedade.

Na realidade, as agroindústrias contribuíram significativamente com muitos agricultores. De modo geral, os agricultores consideram as agroindústrias viáveis. Um dos aspectos ressaltados é a entrada com maior frequência de dinheiro na unidade de produção.

As dificuldades iniciais relacionaram-se com a falta de capital a fim de promover o desenvolvimento das agroindústrias. O financiamento a juro baixo, através do Fundo Rotativo Municipal, facilitou a entrada dos agricultores no Projeto das Agroindústrias Familiares.

As perspectivas, nesse caso, são a manutenção das agroindústrias familiares. Algumas têm perspectivas de crescer e se tornar médias agroindústrias, mas a maioria quer apenas manter-se atualizada e buscando novidades. Os agricultores colocam que os filhos, preferencialmente, deveriam dar continuidade à atividade. Contudo, muitos têm receio que isso não se realize. A vida urbana parece ser ainda um dos objetivos dos filhos. A escassez de mão de obra, às agroindústrias é um dos pontos levantados pelos agricultores.

Por fim, pode-se considerar a avaliação da extensionista da Emater: “Ainda, o maior problema é a vontade política. Quando a

atividade é prioridade como política pública, como ocorreu em nosso município, as coisas acontecem e os resultados são surpreendentes”.

Considerações finais

Considerando os dados estudados e os objetivos deste trabalho, afirma-se que foi possível identificar, verificar e avaliar as potencialidades e limites das agroindústrias familiares no município de Campinas do Sul-RS. Observou-se que as agroindústrias não são a base da economia municipal. Contudo, elas têm gerado nas unidades familiares uma renda extra, o que tem permitido maior estabilidade frente às limitações da agricultura. Cabe destacar o papel da Prefeitura Municipal e da Emater na gestão do Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, importante política em direção ao desenvolvimento rural. São carentes, na realidade da grande maioria dos municípios brasileiros, as políticas de caráter local que buscam o desenvolvimento tendo por base as potencialidades socioeconômicas e ecológicas locais. Assim, o Programa Prefeitura/Emater tem auxiliado

na geração de estratégias de renda e emprego no meio rural de Campinas do Sul. Em linhas gerais, há melhor qualidade de vida e dos alimentos na agricultura familiar do município.

Constatou-se, através da pesquisa, que, na grande maioria das agroindústrias familiares, a força de trabalho é dos pais. O horizonte urbano ainda é almejado pela maioria dos filhos, e a agroindústria tem sido usada como geração de renda para melhorar as condições educacionais dos mesmos.

Comprovou-se que as agroindústrias familiares estão sendo de suma importância para o desenvolvimento dos agricultores inseridos no Programa. Os resultados estão sendo considerados positivos, e vem sendo divulgados em toda a Microrregião de Erechim e em outras regiões do Estado.

Com base nisso, as agroindústrias familiares constituem-se numa alternativa visando ao desenvolvimento rural. Ainda existem dificuldades, mas de modo geral essa iniciativa, em escala local, tem estimulado os agricultores a permanecerem na atividade. O apoio público tem garantido segurança aos sujeitos locais frente às instabilidades e à competitividade do mercado em distintas escalas.

NOTAS

¹ Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

² Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

³ Os dados e as informações apresentadas nessa seção são do Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental da URI (Erechim) - CREDENOR e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁴ Os dados históricos de Campinas do Sul foram baseados em DELLA LATTA, Venâncio Hugo: Campinas do Sul e sua história. Ed. Grafoluz, Campinas do Sul, 2004.

⁵ Informações que constam no Programa Municipal de Desenvolvimento do Meio Rural - Emater/Prefeitura Municipal de Campinas do Sul-RS.

AUTORES

Mario Zasso Marin – Doutor/PPGG/UFSC. Professor da União Dinâmica de Faculdades Cataratas – UDC, Foz do Iguaçu, PR. E-mail: mariozassomarin@yahoo.com.br

Cláudia Emilia Girelli Trentin – Graduada em Geografia/URI - Campus de Erechim-RS.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Krüger. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do Governo Federal. **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, UFSC, v.29, n. 2, maio/ago. Florianópolis: EDIUFSC, 2004.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In: **Para pensar**: outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Josane Moreira da; Agricultura Familiar e Agroecologia no Município de Praia Grande - SC. IN: **Revista de Ciências Sociais e Humanas**, UFSC, n. 31, Florianópolis: EDIUFSC, 2002.

CREDENOR. Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental. **Diagnóstico Ambiental**. Mapeamentos Temáticos da Microrregião Geográfica de Erechim: Mapeamento Multifinalitário de Áurea-RS voltado à adoção de políticas públicas. Erechim, 2007.

DELLALATTA, Venâncio Hugo. **Campinas do Sul e sua história**. Campinas do Sul: Ed. Grafoluz, 2004.

EMATER. Entrevista concedida a Cláudia Emilia Girelli Trentin. Campinas do Sul, jan. 2008.

GOMES, Ezio José. Agroindústria Familiar: uma alternativa de renda aos agricultores. **Boletim do Deser**, n. 150, mar., p. 18- 20, 2006.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. Censos demográficos e agropecuários e Contagem populacional e. 1996/2005/2006/2007.

LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. FURB. 2001.

LEIS, Heitor. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. A Pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí. IN: **Revista de Ciências Humanas**, UFSC, CCFCH. n. 31, Florianópolis: EDIUFSC, 2002.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005.

PREZOTTO, Luiz Leomar. Uma concepção de Agroindústria de pequeno porte. IN: **Revista de Ciências Humanas**, UFSC, CCFCH. n. 31, Florianópolis: EDIUFSC, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE CAMPINAS DO SUL-RS. Entrevista concedida a Cláudia Emilia Girelli Trentin. Campinas do Sul, jan. 2008.

